


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Sorbone, 375, Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1fam@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: 1006713-95.2018.8.26.0566

Classe – Assunto:

**Outros Procedimentos de Jurisdição Voluntária - Família****Requerente - autorizada:****Maria Stella de Paula Reino Ducatti**, RG 8.736.597-2 SSP/SP, CPF 748.132.938-91, com endereço à Rua Doutor Pedro Raimundo, 275, Vila Carmem, CEP 13575-332, São Carlos - SP**Requerida (falecida):****Olaura Coelho Reino**, RG 32.091.404-5 SSP/SP, CPF 219.439.988-76 (falecida em 12.08.2017)

Juiz de Direito: DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA

A requerente pretende a expedição de alvará judicial para poder sacar na São Paulo Previdência – SPPREV, o saldo de pensão e possíveis valores de FGTS/PIS depositados na CEF, deixados em decorrência do passamento de sua mãe requerida. A requerente exibiu certidão de óbito (fl.9) e a informação do INSS sobre esse resíduo (fl.17).

**É o relatório. Fundamento e decido.**

A legitimidade da requerente pleitear o levantamento do resíduo do crédito previdenciário na São Paulo Previdência – SPPRE, assim como o saque de eventuais créditos existentes na CEF a título de FGTS/PIS, emergiu com o passamento de sua mãe, ocorrido em 12.08.2017, fato demonstrado através da certidão de óbito constante dos autos (fl.9).

A requerente é filha, portanto, herdeira necessária hábil a pleitear esses saques (art. 1.784 c.c. o inciso I, do art. 1.829, todos do Código Civil). A requerente formulou o pedido com fundamento no artigo 267 do CC. A certidão de óbito de fl. 9 confirma que há dois coerdeiros, um já falecido e o outro aqui não representado. Deveria ter apresentado a certidão de óbito do irmão para este juízo conferir se deixaram herdeiros-netos. Terá que regularizar essa situação nos autos: exibição da certidão de óbito do irmão e a declaração-consentimento da coerdeira quanto ao pedido inicial, com firma reconhecida.

Inexiste óbice ao deferimento do pedido.

**1006713-95.2018.8.26.0566 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Sorbone, 375, Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1fam@tjsp.jus.br

**DEFIRO O PEDIDO INICIAL** para conceder **ALVARÁS** para que o Espólio da requerida Olaura Coelho Reino, a ser representado pela requerente Maria Stella de Paula Reino Ducatti (qualificação no cabeçalho), **saque** na São Paulo Previdência – SPPRE, matrícula 95015, benefício 950151, o valor do resíduo de crédito do benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.235,80 (inclusive respectivos consectários legais e 13º proporcional), e saque na CEF a integralidade dos ativos existentes na conta vinculada do FGTS/PIS (contas ativas, inativas, resíduos de planos econômicos, eventuais multas e juros).. A autorizada poderá receber e dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução desses objetivos. **Prazo: 120 dias. Concedo à requerente os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote).** Esta sentença valerá como instrumentos de **ALVARÁS para os fins aqui expressos**. Referidos alvarás só poderão ser utilizados depois que a requerente providenciar para os autos a certidão de óbito de seu irmão e a declaração-consentimento da coerdeira quanto ao pedido inicial, com firma reconhecida. Assim que o fizer, o cartório lançará certidão dessa regularização, o que permitirá a utilização dos alvarás. A advogada materializará a sentença/alvarás e a certidão cartorária para que referidos instrumentos alcancem sua finalidade. Se o irmão da requerente ao falecer deixou filhos, haverá necessidade de se regularizar a situação deles nos autos, promovendo-os à conclusão.

Publique-se e Intimem-se. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito.

São Carlos, 19 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**